

## DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E A EDUCAÇÃO POPULAR AO MOVIMENTO DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO CAMPO (MTC) – ENTRE LUTAS E DESAFIOS NA BUSCA POR UMA EDUCAÇÃO IGUALITÁRIA<sup>1</sup>

Elaine Fernandes dos Santos<sup>2</sup>

Josefa Mendes da Silva<sup>3</sup>

José Ronaldo das Chagas<sup>4</sup>

Antonio Barbosa Lúcio<sup>5</sup>

Universidade Estadual de Alagoas

**RESUMO:** Neste trabalho apresentamos uma reflexão acerca da importância da Educação do Campo, a Educação Popular e sua relação com o Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo (MTC). O modelo de educação proposto pelo MTC assume a função social de despertar no cidadão uma consciência político-crítica que permita que ele deixe de ser um indivíduo submisso para se tornar o construtor da sua própria história.

**Palavras-chave:** Educação do campo. Educação popular. MTC. Movimentos Sociais.

## OF THE COUNTRYSIDE'S EDUCATION AND POPULAR EDUCATION TO THE MOVEMENT OF WORKERS AND WORKERS OF THE COUNTRYSIDE – BETWEEN FIGHTS AND CHALLENGES IN QUEST FOR AN EGALITARIAN EDUCATION

**ABSTRACT:** This paper we present a reflection about the importance of Countryside's Education, the Popular Education and its relationship with the Movement of Workers and Workers of the Countryside (MTC)<sup>6</sup>. The education model proposed by the MTC assumes the social function of awake the politician-critical conscience the citizen that allows him to stop being a submissive individual to become the builder of his own story.

**Keywords:** Countryside's education. Popular education. MTC. Social movement.

---

<sup>1</sup> Este trabalho é resultado da participação dos autores em encontros propostos pelo MTC, em parceria com a Universidade Estadual de Alagoas, que tiveram como objetivo ofertar a educadores populares uma formação.

<sup>2</sup> Graduanda em Letras – Inglês pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. Bolsista voluntária do Núcleo de Estudos Agrários e Movimento Sindical Rural em Alagoas. Email: elaine.vip@hotmail.com.

<sup>3</sup> Graduanda em Letras Português/Francês pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. Bolsista voluntária do Núcleo de Estudos Agrários e Movimento Sindical Rural em Alagoas. Email: josefa.uneal@hotmail.com.

<sup>4</sup> Graduando em História pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. Bolsista PIBID/CAPES/UNEAL e bolsista voluntário do Núcleo de Estudos Agrários e Movimento Sindical Rural em Alagoas. Email: joseronaldo.chagas@gmail.com.

<sup>5</sup> Professor de Sociologia, Coordenador do Programa Nacional Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID/UNEAL) e Coordenador do Núcleo de Estudos Agrários e Movimento Sindical Rural em Alagoas (NEASR/UNEAL).

<sup>6</sup> Sigla em português.

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma reflexão acerca da importância da Educação do Campo, a Educação Popular e a relação que estas têm com o Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo (MTC). Um dos grandes impasses que colaboram com a não efetivação de uma educação de qualidade para a população camponesa está ligado à falta de conhecimento desta sobre seus direitos que, aliada ao descomprometimento dos órgãos responsáveis pela gerência da educação pública, alimenta o descompasso existente entre campo e cidade. O camponês por ser visto como um sujeito oriundo de uma área atrasada e inferior à cidade faz com que as políticas públicas voltadas para o campo estejam desvinculadas da realidade de seu povo, persistindo assim, a ideia errônea de que o homem do campo não necessita de uma educação de qualidade. Nesse sentido, o MTC tem uma perspectiva pedagógica de transformação desse quadro em que o campo é deixado em segundo plano em detrimento da cidade. Através de encontros e estudos o MTC atua como uma ponte entre teoria e prática questionando o porquê de determinadas situações, esclarecendo que a união pode contribuir para a melhoria nas condições de vida do camponês. Assim sendo, o movimento não fica apenas na teoria, pois se organiza na tentativa de transformar a realidade camponesa visando uma educação pensada junto com o sujeito do campo em que seus valores culturais e ideológicos sejam expressos e seus interesses e necessidades sejam considerados dentro da busca pela efetivação de uma educação de qualidade no campo. E, a partir daí, surja uma educação pensada e voltada para o campo e não seja meramente uma reprodução dos valores urbanos, mas, uma educação como direito estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), Constituição Federal (CF/1988) e os demais documentos oficiais que tratam da questão da educação do campo.

O MTC está ligado à educação do campo, uma vez que, o movimento busca pôr em prática as leis estabelecidas nos documentos oficiais que visam à valorização da cultura e saber camponês. Nesta perspectiva, o movimento adota os princípios da educação popular em que o saber do povo camponês é tomado como princípio norteador para a construção de uma nova relação entre o campo e o meio urbano enfrentando as desigualdades existentes entre campo/cidade. Ou seja, a educação popular passa a ser pensada pelo, com e para povo e não apenas para o povo, assim, o indivíduo passa a ter participação direta na formulação de um modelo de educação que seja e esteja voltado

para as necessidades daqueles a quem é destinada. Este modelo de educação assume a função social de despertar dentro de cada cidadão uma consciência político-crítica que o permita deixar de ser simplesmente um ser submisso para se tornar um construtor da própria história.

### **1.1 Lutas e desafios na busca por uma educação de qualidade no campo**

Há muito pouca ou nenhuma atenção tem sido destinada à educação do campo. É fácil chegar a essa conclusão ao observarmos as dificuldades que afetam a maioria das escolas localizadas nesta área, como apontam a maioria das pesquisas realizadas. Órgãos governamentais como o Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA), entre outros, vêm demonstrando as disparidades que existem entre a educação do campo e a da cidade, o que já é um avanço. Porém, deve-se considerar que estes mesmos órgãos são e estão diretamente vinculados ao Governo que, por sua vez, é responsável pela gerência da Educação no país. Vários fatores ocasionam os problemas que atingem as escolas do campo dentre os quais podemos citar a falta de interesse do poder público em garantir escolas de qualidade tanto na cidade quanto no campo. Por isso, algumas comunidades têm se organizado e buscado meios de transformar a sua realidade.

Nesta perspectiva, o MTC apresenta-se como um movimento autônomo direcionado para a conscientização crítica da população camponesa, principalmente, daqueles que buscam interagir de forma ativa na luta pela valorização da cultura e saber camponês. O movimento é composto por pessoas que visam à melhoria das condições de vida da população camponesa tanto em aspectos econômicos quanto de formação crítica do cidadão. Dessa forma, os participantes do movimento organizam-se em grupo com o intuito de levar para suas comunidades os conhecimentos adquiridos durante os encontros realizados. É nestes encontros que acontecem as trocas de experiências entre os grupos das várias comunidades participantes provocando a reflexão sobre a realidade em que estão inseridos e ainda uma leitura crítica do modelo econômico predominante e, conseqüentemente, do modelo político vigente. Isto possibilita uma intervenção mais ativa no processo de transformação das condições de vida dessa gente.

O MTC, sob as perspectivas da educação do campo, faz uma crítica ao modelo tradicional de ensino presente nas escolas do campo denunciando a simples transmissão de conteúdos alheios a sua realidade. Assim, o movimento visa concretizar um modelo

de educação que seja destinado às classes populares, embasado pelos princípios da educação popular que tem suas raízes vinculadas às experiências de Paulo Freire, primando uma formação crítica e engajada do cidadão dentro da realidade social em que o sujeito do campo está inserido contribuindo para a transformação desta, pois

tal perspectiva implica para escola conhecer e valorizar o modo de organização da vida no campo e as práticas dos sujeitos que ali vivem e trabalham, de modo a que as práticas pedagógicas incorporem as manifestações culturais desenvolvidas naquele contexto, para fazer as necessárias mediações com o conhecimento universal. Assim, faz-se mister ampliar a compreensão acerca do universo do meio rural; conhecer o modo de vida destes sujeitos e as especificidades do contexto onde vivem (BELTRAME, CARDOSO, NAWROSKI, 2011, p. 103).

Portanto, levar em consideração as necessidades dos camponeses torna-se indispensável para a efetivação de uma educação verdadeiramente voltada para a realidade da população camponesa. É com esse intuito que o MTC tem se manifestado e buscado meios de usar o saber das comunidades participantes em benefício próprio. Pois, ao provocar a interação entre os participantes permite a troca de experiências, vivências e conhecimento.

No que se refere à educação popular, esta está diretamente voltada para as lutas do povo e tem como ponto de partida a realidade das classes menos favorecidas e oprimidas, aqui, o camponês. Sendo assim, o vínculo entre MTC e educação popular fortifica-se a partir do compartilhamento das experiências realizadas nos encontros em que os participantes unem-se na busca por uma educação do campo comprometida com a formação crítica do cidadão. Ou seja, o foco principal do movimento é a luta pela libertação do camponês das ideias dominantes do sistema capitalista que rege suas vidas. Mas,

para se conceber uma educação a partir do campo e para o campo, é necessário mobilizar e colocar em cheque idéias e conceitos há muito estabelecidos pelo senso comum. Mais do que isso, é preciso desconstruir paradigmas, preconceitos e injustiças, a fim de reverter as desigualdades educacionais, historicamente construídas, entre campo e cidade (SECAD, 2007, p. 13).

Nesta perspectiva, a educação do campo que se busca é a aquela que contribua com a formação crítica do indivíduo afim de que ele se inteire de sua realidade e ao compreendê-la busque transformá-la. E, a partir disso, as condições de vida da sua comunidade melhorem. É com esse intuito que o MTC tem se mobilizado e buscado

meios de conscientizar a população camponesa acerca do modelo defasado de educação que lhe tem sido imposto.

Dessa forma, reportando-nos à concepção de educação popular adotada pelo MTC pode-se dizer que a educação não acontece única e exclusivamente dentro da escola. Mais do que isso, ela é um processo contínuo e permanente que se inicia com a família, chega à comunidade, passa pelo ambiente de trabalho e se efetiva com a interação do homem com a sociedade. Com isso pode-se caracterizar a educação popular como um sistema de ensino-aprendizagem baseado nos conhecimentos da realidade a que faz parte e, ao mesmo tempo, busca motivar o indivíduo a participar de suas ações na tentativa de fazê-lo compreender a necessidade de transformação da realidade social para que ele possa estar livre para suas escolhas.

## **1.2 A educação do campo, educação popular e os movimentos sociais.**

As reflexões que vêm sendo realizadas ultimamente acerca da Educação do Campo têm demonstrado a preocupação em se construir uma educação igualitária e comprometida com a formação do cidadão. Na busca por esta educação, de qualidade, os movimentos sociais desempenham papel importante e ativo na luta pela efetivação de uma escola vinculada à realidade do homem do campo. No entanto, quando se fala em qualidade, percebe-se que os alunos do campo estão em maior desvantagem que os da cidade. Pois, segundo o Inep (2007),

todas as comparações colocam a população da área rural em franca desvantagem em relação à população da área urbana quanto ao acesso à educação e à qualidade do ensino. Embora o país tenha alcançado nos últimos anos importantes avanços na ampliação da cobertura escolar, notadamente na faixa etária de 7 a 14 anos, persistem acentuados déficits de eficiência e qualidade, conforme demonstram os indicadores de fluxo escolar (promoção, repetência e evasão) e os resultados do Saeb (INEP, 2007, p. 41).

Essa desvantagem mencionada acima se deve à falta de descomprometimento do governo para com o aluno do campo, pois, como mencionado anteriormente, constata-se, que embora tenha havido um aumento do acesso à escola, notadamente, a qualidade do ensino continua defasado e desestruturado. Pois, os conteúdos ensinados não condizem com a realidade de seus alunos, além de apresentar estrutura precária e professores que não têm uma formação continuada adequada à realidade do aluno do campo, o que compromete e alimenta os déficits de eficiência e qualidade da educação.

Sem contar a falta de material didático contextualizado e apoio pedagógico aos docentes que, por sua vez, têm que contornar uma situação para a qual não estão preparados.

Para combater essa forma defasada de ensino vários grupos se organizam na tentativa de encontrar uma solução válida para as desigualdades de ensino existentes entre campo/cidade. Dentre os movimentos com destaque nesta luta podemos citar o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) que, desde o final dos anos 1970, têm buscado melhorias na qualidade da educação ofertada nas escolas do campo, a exemplo das escolas das comunidades formadas por integrantes do movimento. E, além disso, visa transformações sociais e o desenvolvimento de ações políticas educativas que direcionem formação escolar e política. Sendo assim, de acordo com Souza (2006), “é o MST que questiona a questão rural e dá impulso à elaboração de um novo paradigma para compreender as relações sociais do campo e para propor a educação pública (SOUZA, 2006, p. 77)”.

Para Daltro (2007), “a escola vista pelo MST sempre foi considerada um movimento vital para a transformação das relações de produção e sociais no campo (DALTRO, 2007, p. 39)”. Mas, é importante ressaltar que os princípios da educação do campo, proposta pelo MST, visa à valorização do ambiente em que o sujeito está inserido desde o seu nascimento, como assinala Bezerra Neto (1999 *apud* Daltro, 2007):

os primeiros conhecimentos de toda criança estão ligados a seu habitat. Os conhecimentos da criança rural estão ligados a vida na roça, mas os conteúdos oferecidos a ela pela escola tradicional partem do princípio de que para ser culto, é preciso ser letrado, contando com uma formação típica para os desafios do mundo urbano e submetendo a criança a um calendário escolar que não valoriza a prática de seus pais, nem a sua dimensão temporal, uma vez que esse calendário é elaborado para ser praticado a partir do ano civil e não do ano agrícola, mais próximo à realidade do homem do campo (BEZERRA NETO, 1999, p. 74 *apud* DALTRO, 2007, p. 38).

Dessa forma, a visão do autor acima direciona-nos ao que estabelece a LDB/96 no que concerne à adaptação dos calendários à realidade da vida no campo reiterando a importância de se levar em conta, quando da elaboração das propostas de ensino, às peculiaridades da realidade em que o aluno do campo está inserido.

Os movimentos sociais do campo, ao contrário do que muitos pensam, não lutam apenas pela transformação da estrutura agrária tendo em vista as muitas relações e variedade dos sujeitos envolvidos em suas ações. As lutas desses movimentos incluem questões que vão desde direitos trabalhistas a questões de produção agrícola, entre outras. Das quais a educação efetiva-se como um dos fatores mais importantes para

formação crítica do sujeito. E, nesta perspectiva, apontamos para o fato de que qualquer educação (formal ou informal) deve estar vinculada à perspectiva libertadora e transformadora destacada por Freire (1987).

No que se refere à educação popular dentro dos movimentos sociais esta

[...] incorpora princípios filosóficos, políticos, sociológicos, culturais entre os quais destacamos: a origem e finalidade nos interesses das classes populares, dos setores oprimidos organizados nos movimentos sociais; o respeito às suas culturas; os conhecimentos voltados para compreensão crítica da realidade social, econômica e política; o respeito às visões de mundo que são resultantes das experiências vividas por esses segmentos como ponto de partida para uma reflexão crítica da realidade, que se dá através do diálogo (BATISTA, s/d, p. 2).

Essa educação, ainda, apresenta traços referentes à formação de um sujeito livre e independente como sugerido por Freire (1987), em *Pedagogia do Oprimido*, em que uma educação libertadora, com base nas classes populares e movimentos sociais buscam o rompimento ou superação do modelo tradicional de ensino baseado na lógica do sistema capitalista que prepara o indivíduo para ser submisso ao capitalismo. E, em contrapartida a esta lógica de subserviência ao capital os movimentos sociais buscam a efetivação de uma educação que permita a emancipação educacional e social do homem.

De acordo com Gramsci (1991), a educação tem que ser levada a todas as camadas sociais. No entanto, o ensino tem que ser o mesmo para todos sem distinção entre camadas, sejam estas privilegiadas e não privilegiadas. O teórico ainda aponta o fato de a educação subdividir-se em duas: uma educação para a classe dominante e uma para os *dominados*. E, justamente, contra esta dicotomia do saber defende-se a ideia de uma escola igualitária para todos na tentativa de substituição à educação conformista que vem sendo direcionada às camadas menos favorecidas em que seus interesses são suprimidos em detrimento dos da classe dominante.

Tomando como pressuposto o que foi dito acima, reportamo-nos à realidade atual dos trabalhadores do campo em que seus interesses e o direito a uma educação de qualidade comprometida com sua formação intelectual e social não é posta em prática. Sendo que, esta situação se agrava devido à falta de conhecimento do camponês dos seus direitos, já garantidos por lei. Mas, que não são postos em prática em função da necessidade do sistema capitalista em haver poucas pessoas com acesso ao conhecimento gerado a partir de um ensino de qualidade (SANTOS, SILVA e LÚCIO, 2011).

Diante disso, apontamos para o fato de que o MTC busca a efetivação de uma educação conscientizadora e igualitária que permita que o homem do campo tenha acesso ao conhecimento científico permitindo, assim, que ele possa fazer suas próprias escolhas levando em consideração seus planos de vida proporcionando, além de tudo, sua emancipação humana.

## **2. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando os pontos aqui abordados percebe-se que a busca por uma educação voltada e comprometida com o campo é uma das principais lutas do MTC que tem unido e mobilizado comunidades, de diferentes cidades, com o intuito de lutar por melhores condições de vida para sua população. A partir da análise da reflexão realizada pode-se dizer que as lutas travadas em função da conquista de um modelo de educação que considere as peculiaridades da região a que se aplica têm, muitas vezes, que serem iniciadas, primeiramente, dentro da própria comunidade. Pois, há a necessidade de uma conscientização crítica da população para que tais lutas possam, então, ultrapassar os muros dessas comunidades. E, é com essa meta que o MTC tem articulado seus encontros.

Reportando-se à educação popular nota-se a sua importância dentro do contexto estudado posto que os princípios desta relacionam-se diretamente com os diálogos propostos pelo MTC. Ou seja, a educação popular baseia-se no saber da comunidade e procura incentivar o diálogo entre a sua população na tentativa de formar sujeitos conscientemente críticos, que sejam capazes de perceber a realidade em que vivem e, a partir disso, procurem meios para transformá-la. É com este entendimento que o MTC tem se articulado e organizado encontros que permitam aos seus participantes uma troca de experiências, valores e vivências que contribuam para a formação de cada sujeito participante do movimento.

Ante o exposto consideramos que as lutas propostas pelo MTC visando à busca por uma educação de qualidade e comprometida com a sua comunidade são muito importantes ao considerarmos que a educação, principalmente a do campo, não tem sido alvo de investimentos que proporcionem uma melhoria visível em seu modo de funcionamento. Portanto, o MTC ao propor a participação ativa e direta da população em ações voltadas para educação, principalmente em comunidades fora dos limites urbanos, está, ao mesmo tempo, levando os sujeitos a um questionamento das suas

condições de vida e permitindo-lhes o acesso a uma formação crítica. Dessa forma, ao conciliar os princípios da Educação Popular e da Educação do Campo o Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo proporciona aos envolvidos em suas ações a possibilidade de redirecionar sua vida social e, conseqüentemente, a de sua comunidade.

Nesta mesma perspectiva, os movimentos sociais, com destaque para o MST, buscam meios que possam viabilizar uma educação interligada às vivências do aluno do campo. A fim de combater desigualdades existentes no sistema de ensino que tem sido inconscientemente imposto a uma parcela da população que, historicamente, tem sido vista como uma classe de menor prestígio. E, portanto, desmerecedora de um ensino de qualidade em que se valorize o seu saber, cultura e vivência diária.

Diante disso, consideramos que as lutas por melhores condições de vida e os desafios propostos pelo MTC demonstram o comprometimento do movimento na busca por uma educação igualitária e comprometida com a organização do trabalho político para a afirmação do sujeito enquanto cidadão crítico e consciente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELTRAME, A.; CARDOSO, T. M.; NAWROSKI, A. Educação do campo e práticas pedagógicas. In: MUNARIN, A.; BELTRAME, S. A. B.; CONDE, S. F.; PEIXER, Z. I. (Orgs.). *Educação do campo: políticas públicas, territorialidades e práticas pedagógicas*. Florianópolis: Insular, 2011.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 05 de outubro de 1988, DF: Senado, 1988.

DALTRO, R. R. Movimentos sociais e educação do campo. In: *Vidya*, v. 27, n. 2, p. 33-42, jul/dez., 2007. Disponível em: [http://sites.unifra.br/Portals/35/Artigos/2007/Vol\\_2/V-Movimentossociais.pdf](http://sites.unifra.br/Portals/35/Artigos/2007/Vol_2/V-Movimentossociais.pdf). Acesso: 25.11.2012.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 32 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

INSTITUTO Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, 2007.

INSTITUTO de Pesquisas Econômicas e Aplicadas – IPEA, 2008.

MEC. *Lei de diretrizes e bases da educação*. Brasília, 1996.

Santos, E. F.; SILVA, J. M.; LÚCIO, A. B. Educação do/no campo: um direito garantido por lei e desconhecido pelos camponeses. In: *Novo Rumo: Revista Interdisciplinar em ciências Humanas e Sociais*. Ano 1, v. 1, n. 1. Arapiraca/AL: UNEAL-Q gráfica, 2011. Semestral (Ago/dez. 2011).

SECRETARIA de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade-SECAD. *Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas*. Brasília/DF: MEC, março de 2007 (Cadernos SECAD 2).

SOUZA, M.A. *Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas do MST*. Petrópolis, RJ. Vozes, 2006.

BATISTA, M. S. X. *Os movimentos sociais cultivando uma educação popular do campo*. s/d. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT06-1780--Int.pdf>. Acesso: 25.11.2012.